

EUGENIO NOVAES



Plenário bate dois recordes numa semana: o mais alto e o mais baixo quorum

## Carta não sai no dia 21 de abril

Se no início de março o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vislumbrava a possibilidade de promulgar a nova Constituição no dia 21 de abril, hoje ele sabe que este prazo é absolutamente irreal. Há menos de um mês desta data, os constituintes apenas iniciaram a votação do Título IV, da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo. Faltam quatro títulos inteiros, com muita polêmica pela frente: o plenário terá que definir ainda toda a matéria relativa à tributação, orçamento, ordem econômica e financeira e ordem social, além do capítulo que contém as disposições transitórias.

Na semana que passou, os constituintes não bateram apenas o recorde de comparecimento, lotando o plenário para votar o sistema de governo na terça-feira. Bateram, também, o recorde de baixo rendimento nos trabalhos. Só houve votação na segunda e na terça. Como toda a matéria que vem depois do dispositivo sobre o sistema de governo depende desta definição, não puderam ser feitos acordos com antecedência, e a votação simplesmente emperrou.

A próxima semana não promete ser mais proveitosa em termos de agilização dos trabalhos. Com a chegada da Semana Santa, é praticamente certo que os constituintes só recomecem a votar na segunda-feira, 4 de abril, na melhor das hipóteses. O máximo que deve acontecer nesta próxima semana são reuniões de liderança para tentar fechar acordos sobre o final do capítulo do Poder Executivo.

Os que querem eleições presidenciais ainda este

ano acusam os faltosos de manipular deliberadamente o quorum para tornar impossível a realização das eleições. Mas se é verdade que estes não têm o menor interesse em acelerar o ritmo dos trabalhos, também não se pode creditar a eles todos os atrasos ocorridos na semana. O principal obstáculo para a continuação dos trabalhos após a definição do sistema de governo foi mesmo a falta de consenso sobre o grau de inovações a serem introduzido no sistema presidencialista.

Concluída a votação do Título IV, os constituintes vão apreciar uma matéria relativamente tranquila: o título sobre Defesa do Estado e Instituições Democráticas. É título curto, com apenas três capítulos, que trata do Estado de Defesa, do Estado de Sítio, das Forças Armadas e da Segurança Pública.

Esta será a última pausa antes das quatro batalhas finais que prometem rounds violentos e emocionantes. Na primeira delas, o plenário vai decidir como será o sistema tributário nacional após a promulgação da nova Carta, definindo a redistribuição das receitas tributárias entre União, Estados e Municípios.

A votação deste título servirá apenas de aquecimento para aquela que vai ser a briga mais acirrada desde a instalação da Constituinte: a definição da ordem econômica e financeira, quando os constituintes votarão a reforma agrária, a definição de empresa nacional e os monopólios da União, entre outros temas explosivos.

### MANDATO

Depois disto, virá a votação do último título, da Ordem Social. Este título foi

apreciado muito superficialmente pela Comissão de Sistematização. Como todos estavam ansiosos para passar logo para a votação em plenário, vários dispositivos importantes deixaram de ser analisados, o que certamente atrasará as negociações agora. O título da Ordem Social trata de temas tão diversos e complexos como previdência social, saúde, educação, comunicação, meio ambiente e indios, entre outros.

Os trabalhos não terminam no último título. Após a votação da Ordem Social, o plenário deve apreciar o capítulo das Disposições Transitórias que, como o próprio nome indica, reúne todos os dispositivos aplicáveis a situações muito específicas e passageiras. É o caso da definição da duração do mandato do presidente Sarney, sem dúvida o artigo que, dentro das Disposições Transitórias, mais polêmica causará.

Mesmo depois de concluídas todas estas votações, a Constituição ainda não estará pronta para ser promulgada. Haverá um segundo turno de votação, quando os constituintes poderão apresentar apenas emendas supressivas, destinadas a retirar trechos do projeto.

Depois do segundo turno de votação, uma comissão comandada pelo relator Bernardo Cabral dará um última mexida no texto, aperfeiçoando a redação e corrigindo eventuais contradições que não implicam em alteração de conteúdo. Concluído este trabalho, o plenário da Constituinte se reunirá para a última votação global do projeto: só então a nova Carta estará pronta para ser promulgada.

## Ordem Econômica agora preocupa

Após a grande derrota, os parlamentaristas não estavam nem tanto preocupados com a possibilidade de dar cinco anos para o presidente José Sarney, e mais, pelas consequências, que irão se refletir dentro da própria Constituinte. Como resumiu o deputado Roberto Freire, (PCB/PE) a derrota de terça-feira representou a hegemonia de forças deslocando-se novamente para a direita o que pode colocar em risco até mesmo as conquistas já alcançadas.

“Vem aí a Ordem Econômica”. E o que mais se ouvia: o receio dos constituintes esquerdistas, em relação a nova correlação de forças que se formou e que poderá inviabilizar todo o capítulo da Ordem Econômica. Roberto Freire tam-

bém culpou “a esquerda atrasada” com concepção golpista pela derrota do parlamentarismo. Antero de Barros (MT), integrante do MUP também alertava para a rearticulação da direita dentro da Constituinte.

O mais curioso, segundo Octávio Elísio (PMDB/MG), também do MUP, foi a derrota dentro do próprio PMDB: 155 votaram sim à emenda Humberto Lucena, e 141, não. Para ele, agora já é possível pensar, realmente, na saída do partido. Já o deputado Vilson de Souza (PMDB/SC) acredita que todas as crises e problemas que irão surgir daqui para frente, serão atribuídas ao sistema de governo “e muito cedo, esta questão vai estar presente aqui de novo”.

## Dois turnos agradam a esquerda

Uma das grandes vitórias dos partidos de esquerda na Constituinte, foi a aprovação dos dois turnos no pleito eleitoral o que lhes permite não saírem mais a reboque das candidaturas viáveis. Numa eleição majoritária, esses partidos nunca conseguiram grandes desempenhos porque na hora da decisão sempre funcionou o chamado voto útil — o eleitorado progressista acaba escolhendo o candidato com chances reais e deixa de votar naquele com o qual se identifica, só para impedir a vitória de um representante conservador.

Com isso, as esquerdas já vislumbram a possibilidade de lançarem candidatos próprios no primeiro turno porque além de jogarem o partido na rua e marcarem posição, não comprometem o resultado final, porque no segundo turno restará apenas a opção entre os dois nomes mais votados. As alianças também ficam mais definidas porque, mesmo que não cheguem ao segundo turno, terão cacife para negociar uma composição em plenário, vários dispositivos importantes deixaram de ser analisados, o que certamente atrasará as negociações agora. O título da Ordem Social trata de temas tão diversos e complexos como previdência social, saúde, educação, comunicação, meio ambiente e indios, entre outros.

### OPÇÕES

Se o eleitorado brasileiro não precisará mais se preocupar com o voto útil, por outro lado pode ter dificuldades na escolha porque todos os partidos de esquerda pretendem lançar candidatos próprios no primeiro turno à Presidência da República. E o que não faltará são candidatos que agradam a parcela mais progressista do povo; declarado, apenas Luis Inácio Lula da Silva, pelo PT; mas outras candidaturas já estão sendo analisadas pelos partidos como é o caso de Roberto Freire ou Salomão Malina ou Oscar Niemeyer, pelo PCB, João Amazonas pelo PC do B e Saturnino Braga, pelo PSB. Além de Leonel Brizola, pelo PDT, embora muitos reconheçam não ser esta uma candidatura de esquerda, mas populista.

Só o PCB possui uma particularidade: Lançará candidato num regime presidencialista de governo. Embora possa parecer contraditório, pois se trata de um partido parlamentarista convicto, o fato é que as mudanças são substanciais, segundo explica Freire. No presidencialismo, o governo é o presidente da República enquanto que no parlamentarismo, o governo é o primeiro-ministro. O Partido Comunista Bra-

leiro vai tentar ainda, no primeiro turno uma aliança e aí vai depender de um fator externo: o racha no PMDB com o lançamento de um candidato progressista que possa reunir em torno de si forças como o PSB e o próprio PCB. Nesta possibilidade, Roberto Freire só vê uma alternativa: apoiar nomes como o de Mário Covas ou Fernando Henrique Cardoso, se não, o partido sai mesmo com um candidato.

No PT, a situação é diferente e não existe a menor possibilidade de alianças no primeiro turno, sendo que no segundo turno, raríssimas vezes isso poderá ocorrer, segundo o presidente nacional do partido, deputado Olívio Dutra. Lula permanece candidato, após ver aprovado o regime presidencialista, pelo qual lutou muito, e sua campanha continuará.

“Deus nos livre, mesmo que a eleição não seja este ano”, disse. O PC do B também está analisando a viabilidade de composições ainda no primeiro turno, mas a possibilidade maior é sair com candidato próprio, afirmou o líder na Câmara, deputado Aldo Arantes. Já o PSB é um dos poucos partidos que não pretendem marcar posição e preferem ocupar espaços através de alianças progressistas. Ainda que o nome do prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, venha sendo lembrado, existe uma condição para o lançamento de sua candidatura: fortalecimento do partido a nível de representação federal, ou seja, somente se o PSB atingir uma bancada de 20 parlamentares no Congresso Nacional (hoje o partido conta com cinco deputados e um senador), o que não é difícil diante da perspectiva de saída de alguns dos integrantes do MUP (Movimento de Unidade Progressista), do PMDB.

### DOIS TURNOS

A aprovação dos dois turnos pela Assembleia Constituinte, foi considerada um grande avanço democrático, por todos os partidos de esquerda, embora tenha sido restrito a municípios com mais de 200 mil eleitores. Roberto Freire entende que essa limitação é ruim, não somente aos pequenos partidos mas a toda estrutura partidária do País, porque numa eleição majoritária, sem dois turnos, as atenções acabam se voltando em torno de um líder, de uma pessoa que acaba sendo superior aos partidos. “O exercício democrático dos dois turnos fica limitado por um fato irrevelante”, disse. Olívio Dutra acha que com os dois turnos, os partidos, independentemente de te-

rem estrutura no Parlamento, mas que vêm da sociedade, passam a mostrar sua face, o que revitaliza a estrutura democrática, enquanto que sem esse mecanismo irão permanecer as disputas localizadas, as estruturas tradicionais e as organizações particulares em cima de núcleos familiares. De qualquer forma, o seu partido vai lançar candidatos nesses municípios porque está presente em número considerável deles — com diretores em todos os estados da federação e em mais de 1.400 municípios — “o PT com essa estrutura tem o dever de ter um programa e uma candidatura, inclusive para presidente da República”, explica Dutra, lembrando que seu partido não está apenas para competir mas com vontade de chegar ao Governo.

O deputado Aldo Arantes acredita que a restrição irá prejudicar e manter dificuldades aos pequenos partidos pois a não realização de dois turnos é uma forma de manter os interesses das oligarquias “e a vantagem dos dois turnos é permitir que todos os partidos apresentem sua fisionomia própria e assegurar que o eleito tenha maioria de votos para administrar com sólida base política”. Para o líder do PSB na Câmara, deputado Ademir Andrade, a pior coisa que poderia ter acontecido foi a limitação dos dois turnos a municípios com mais de 200 mil eleitores porque os pequenos partidos irão perder, num primeiro instante, a possibilidade de negociar e o que vai ocorrer nesses locais, afirmou, é a grande vitória da UDR, “que vai jogar pesado”.

### VOTO DISTRITAL

Outra decisão tomada pela Assembleia Constituinte, aplaudida por toda a esquerda foi a manutenção do voto proporcional, com a derrubada do voto distrital. “É o verdadeiro voto de curral”, bradou os partidos de esquerda contra esse mecanismo o que na prática representaria o suicídio dos pequenos partidos. Significaria, na opinião de Aldo Arantes, a elitização ainda maior do Parlamento porque os candidatos progressistas não têm seus votos localizados, em distritos, mas diluídos em todo o estado, o que representaria, afirmou, uma arma vigorosa contra os pequenos partidos, inclusive para o PT e o PDT. Olívio Dutra entende que o voto proporcional favorece não apenas os partidos pequenos como toda a estrutura partidária. “A derrubada do voto distrital ajudou os pequenos partidos e beneficiou o sistema eleitoral, com permanência do

voto proporcional”, disse Roberto Freire acrescentando que a decisão é importante para a democracia e para os partidos “porque afinal, democracia é o respeito às minorias e não só o governo das maiorias”.

Curiosamente, o único a defender o voto distrital é o deputado Ademir Andrade, mas faz questão de deixar claro que essa é uma posição pessoal e não do partido. Apesar de ter votado contra o voto distrital, “por ser o pensamento geral das esquerdas”, ele defende essa forma de votação acreditando na capacidade de distinção do povo, em relação aos candidatos.

### FORMAÇÃO DE PARTIDOS

Os partidos de esquerda também defenderam na Constituinte dispositivo de formação de novos partidos e embora não os atinja de perto, observaram como fator positivo para a criação de pequenas estruturas partidárias que agora, não precisam estar sujeitas às imposições da lei atual que exige uma série de condições. A partir de agora, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos e a única exigência é o registro dos estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Roberto Freire lembra que na época da ditadura, existiam apenas partidos cartoriais dada a infinidade de exigências para existência de um partido “e agora, a sociedade se organiza em partidos políticos e como ela quer”. Para ele, o fundamental de um partido não é o número de filiados (como o estabelece a lei atual) mas representar uma ideologia e ter votos. Olívio Dutra também concorda com a facilidade adotada pela Constituinte e afirma que, a partir de agora, somente numa segunda eleição, é que os partidos irão mostrar que têm raízes e aceitação popular, pois os avanços foram significativos o que vem fortalecer uma estrutura mais democrática.

### CONQUISTAS

Se as conquistas já alcançadas pelos partidos de esquerda e, por extensão aos pequenos partidos, podem servir de ânimo para lançamento de possíveis candidaturas, até mesmo à Presidência da República, sem prejuízo do resultado final, resta ainda, a aprovação de fato dos dois turnos. É que a Constituinte regulamentou que eleição para governador, vice-governador e municípios com mais de 200 mil eleitores se darão nas mesmas condições da eleição para presidente da República.

## Goiás começa a preparar a Constituição

Da Sucursal

O Estado de Goiás já tomou as primeiras providências destinadas a elaboração de sua futura Constituição. Com este objetivo, já foi submetida a todos os deputados estaduais, a proposta de Regimento Interno da Assembleia Estadual Constituinte, elaborada pelo presidente da Casa, deputado Frederico Jayme.

Para ele, a elaboração desse documento objetivou estimular o debate da futura constituição do Estado, antes mesmo da promulgação da nova Constituição brasileira, de tal maneira que, quando isso ocorrer, a discussão do trabalho já esteja em adiantado estágio.

A proposta regimental do deputado Frederico Jayme, prevê que a elaboração do projeto de Constituição a ser submetido à deliberação do plenário, será atribuída de quatro comissões constitucionais, temáticas e uma de Sistematização.

As Comissões Constitucionais serão integradas por todos os deputados estaduais, cada uma delas terá o mesmo número de integrantes e de suplentes, sendo o eventual excedente incorporado à de Sistematização, que terá sua composição completada pelos relatores das Comissões Temáticas.

Os integrantes das Comissões Constitucionais serão indicados pelas bancadas partidárias, obedecendo o critério de proporcionalidade. No caso do PDS que só tem um deputado na Assembleia, é facultado a ele optar pelas Comissões que preferir.

A qualquer deputado constituinte, de acordo com a proposta regimental oferecida pelo presidente da Assembleia, é facultado assistir reuniões de qualquer Comissão e discutir a matéria em debate, vedado, no entanto, o direito de voto, salvo na que for titular.

As reuniões das Comissões Constitucionais serão realizadas nos períodos matutinos, todos os dias úteis, para que a Assembleia Legislativa possa realizar suas sessões normais, no período da tarde.

Os deputados constituintes poderão, até 20 dias contados a partir da aprovação do Regimento, oferecer sugestões relativas ao Projeto da futura Carta Estadual. Igual faculdade de prazo são deferidos às Câmaras de Vereadores de todos os Municípios, ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Polícia Civil e Militar e autoridades representativas dos segmentos sociais.